POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES DE BAIXA RENDA DA REDE PÚBLICA

Yasmin Gabrielli Toledo de Araujo[1], Ana Carolina Alves da Silva[1], Eliane Penha Mergulhão Dias[1,2,3,4]

[1]Faculdade Cristã da Cidade, Rodovia Presidente Dutra, km 145, Vila Tatetuba - 12220-611 - São José dos Campos-SP, Brasil, yassgabt@gmail.com.

[2]Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Estudos Avançados (IEA), Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica - São Paulo-SP, Brasil.

[3]Universidade Paulista (UNIP) - São José dos Campos-SP, Brasil.

[4]Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec) - São José dos Campos-SP, Brasil.

Resumo

Este artigo analisa as políticas de democratização do ensino superior no Brasil, com ênfase nas condições de acesso e permanência de estudantes de baixa renda oriundos da rede pública. Adota-se abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, articulando contribuições de Bourdieu e Passeron, Gisi e outros autores à análise de dados estatísticos do IBGE e do Inep e de documentos referentes ao Fies, ao Prouni e ao Sisu. Os resultados indicam que, embora essas políticas tenham ampliado as oportunidades de ingresso, persistem desigualdades socioeconômicas, culturais e educacionais que interferem na trajetória acadêmica. A análise evidencia que a democratização do ensino superior não se limita à oferta de vagas, pois depende também de condições que favoreçam a permanência e a conclusão do curso. Conclui-se que a efetivação desse processo requer políticas institucionais capazes de articular apoio material, pedagógico e social, considerando as diferentes condições de origem dos estudantes.

Palavras-chave: Políticas públicas. Ensino superior. Capital cultural. Desigualdade educacional. Permanência estudantil.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco na consolidação da educação como direito de todos e dever do Estado. No ensino superior, entretanto, a ampliação desse direito ocorreu de forma gradual e ganhou maior impulso a partir dos anos 2000, com a implementação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso. Entre essas iniciativas destacam-se o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que passaram a integrar as estratégias de ampliação das oportunidades de ingresso de grupos historicamente sub-representados nesse nível de ensino.

À luz da sociologia da educação de Bourdieu e Passeron (2014), a ampliação do acesso, embora fundamental, não elimina por si só as desigualdades presentes no percurso educacional. Os autores demonstram que a escola e a universidade podem contribuir para a reprodução das desigualdades sociais ao legitimar determinados saberes e códigos culturais como universais, apesar de o capital cultural ser distribuído de maneira desigual entre os diferentes grupos sociais. Nessa perspectiva, estudantes de baixa renda oriundos da escola pública podem ingressar no ensino superior e, ainda assim, enfrentar barreiras materiais, pedagógicas e simbólicas que interferem em sua permanência e em seu desempenho acadêmico.

Assim, compreender a democratização do ensino superior exige ultrapassar a análise quantitativa das matrículas e considerar as condições concretas que possibilitam ao estudante permanecer na instituição e concluir sua formação. A expectativa de ascensão social associada ao diploma pode confrontar-se com desigualdades históricas e com dificuldades de ordem econômica, acadêmica e social. Schwarcz e Starling (2015), ao discutirem a trajetória brasileira de construção e universalização de direitos, contribuem para a compreensão da distância que pode existir entre o reconhecimento formal de um direito e sua efetivação nas experiências sociais concretas. Desse modo, discutir acesso

e permanência permite examinar não apenas quem ingressa no ensino superior, mas também em que condições essa trajetória se desenvolve.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é analisar as políticas de acesso e permanência no ensino superior brasileiro, com ênfase nas condições enfrentadas por estudantes de baixa renda oriundos da rede pública, discutindo em que medida a democratização do ingresso é acompanhada por condições materiais, pedagógicas e sociais capazes de favorecer a permanência e a conclusão da formação universitária. Busca-se, ainda, refletir sobre os limites de políticas centradas predominantemente no acesso e sobre a necessidade de estratégias institucionais que contribuam para uma inclusão educacional efetiva.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, voltada à análise das políticas de acesso e permanência no ensino superior brasileiro e das desigualdades que incidem sobre estudantes de baixa renda oriundos da rede pública. Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, especialmente livros e artigos científicos, possibilitando a construção e a análise do referencial teórico relacionado ao problema investigado.

A pesquisa bibliográfica considerou obras e produções acadêmicas relacionadas à democratização do ensino superior, desigualdade educacional, capital cultural e permanência estudantil, com destaque para as contribuições teóricas mobilizadas ao longo do artigo. Complementarmente, realizou-se pesquisa documental mediante consulta a dados e documentos oficiais provenientes das fontes já indicadas no trabalho, especialmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC).

A análise foi conduzida de forma interpretativa, articulando o referencial teórico aos dados educacionais apresentados no estudo, com atenção às condições de ingresso, permanência e conclusão da formação universitária. Buscou-se, assim, identificar de que maneira fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais se relacionam com a trajetória acadêmica dos estudantes. Por se tratar de pesquisa bibliográfica e documental baseada em fontes públicas e materiais já publicados, não houve abordagem direta de participantes.

Resultados

A análise da democratização do ensino superior brasileiro revela que a ampliação das formas de ingresso convive com desigualdades históricas de acesso e permanência. Políticas como Fies, Prouni e Sisu diversificaram as possibilidades de financiamento, concessão de bolsas e ingresso em instituições públicas e privadas (Brasil, 2026). Entretanto, como já apontado por Gisi (2006), as condições socioeconômicas continuam interferindo nas oportunidades educacionais e na trajetória dos estudantes.

Para contextualizar esse cenário, a Tabela 1 reúne dois indicadores oficiais de 2023: as matrículas no ensino médio por dependência administrativa e os ingressos em cursos de graduação por categoria administrativa. Os dados não representam o acompanhamento dos mesmos estudantes entre uma etapa e outra; por isso, não permitem afirmar diretamente quantos egressos da escola pública ingressaram no ensino superior. Sua utilização, neste estudo, tem caráter descritivo e busca evidenciar a configuração das redes de oferta nos dois níveis educacionais.

Tabela 1 - Indicadores de matrículas no ensino médio e de ingressos na graduação, por categoria administrativa - Brasil, 2023

INDICADOR (2023)	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA
Matrículas no ensino médio	6.690.396	986.347
Ingressantes em cursos de graduação	569.089	4.424.903

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Censo da Educação Básica 2023 e no Censo da Educação Superior 2023 (Inep, 2024).

Em 2023, o ensino médio brasileiro registrou 7.676.743 matrículas, das quais 6.690.396 estavam na rede pública e 986.347 na rede privada. No mesmo ano, o ensino superior contabilizou 4.993.992 ingressantes em cursos de graduação, sendo 569.089 em instituições públicas e 4.424.903 em instituições privadas. Esses números mostram configurações distintas entre as duas etapas: enquanto a oferta pública concentra a maior parcela das matrículas do ensino médio, o ingresso na graduação ocorre predominantemente em instituições privadas (Inep, 2024).

Essa diferença, contudo, não deve ser interpretada como uma relação direta entre a rede de origem no ensino médio e a rede de destino no ensino superior. Os dados agregados permitem apenas caracterizar a distribuição das matrículas e dos ingressos por categoria administrativa. Articulados ao referencial teórico do estudo, eles reforçam a necessidade de examinar a democratização do ensino superior para além da existência formal de vagas e mecanismos de acesso, considerando também as condições econômicas, pedagógicas, sociais e culturais que interferem na permanência e na conclusão da formação universitária.

Discussão

Para interpretar os resultados, é necessário delimitar os conceitos que orientam a análise. Em Bourdieu e Passeron (2014), o capital cultural corresponde ao conjunto de conhecimentos, disposições, modos de expressão e familiaridade com códigos socialmente valorizados pelas instituições de ensino. Como esses recursos não são distribuídos de maneira igual entre os grupos sociais, a trajetória acadêmica não pode ser compreendida apenas como resultado de esforço individual. A noção de reprodução ajuda, assim, a explicar como diferenças sociais anteriores ao ingresso podem ser mantidas ou legitimadas no interior do sistema educacional quando a instituição trata como equivalentes estudantes que tiveram oportunidades formativas distintas.

Essa perspectiva permite compreender por que a ampliação quantitativa do acesso ao ensino superior não significa, automaticamente, democratização plena. Gisi (2006) chama atenção para o caráter excludente que pode persistir nas políticas de educação superior quando o ingresso não é acompanhado de condições efetivas de continuidade. Nesse sentido, a permanência estudantil deve ser entendida de forma ampliada: não se reduz à matrícula ativa, mas envolve condições materiais, pedagógicas e institucionais que possibilitem ao estudante acompanhar o curso, participar da vida universitária e concluir sua formação.

Os dados apresentados na Tabela 1 reforçam a necessidade dessa leitura cuidadosa. Em 2023, a rede pública concentrou a maior parte das matrículas do ensino médio, enquanto a maior parcela dos ingressantes na graduação estava em instituições privadas (Inep, 2024). Como se trata de bases agregadas e de etapas educacionais distintas, esses números não demonstram o percurso dos mesmos estudantes nem permitem estabelecer uma relação causal entre origem escolar e destino no ensino superior. Contudo, ajudam a contextualizar um sistema em que acesso, financiamento e permanência precisam ser analisados conjuntamente.

Nesse cenário, Fies, Prouni e Sisu constituem mecanismos relevantes de ampliação das possibilidades de ingresso, mas operam de maneiras diferentes e não eliminam, isoladamente, as desigualdades que atravessam a experiência universitária (Brasil, 2026). Para estudantes de baixa renda, despesas com transporte, alimentação, materiais, moradia e conectividade podem somar-se às exigências acadêmicas e à necessidade de conciliar estudo e trabalho. Por isso, políticas de acesso precisam dialogar com ações de assistência estudantil e apoio pedagógico, de modo que a entrada na instituição seja acompanhada por condições concretas de continuidade.

A dimensão simbólica também integra essa discussão. A partir de Bourdieu e Passeron (2014), dificuldades de adaptação aos códigos acadêmicos podem ser compreendidas não como incapacidade individual, mas como expressão de trajetórias sociais e escolares desiguais. Ana Carolina Alves da Silva (2017) e Glauco Peres da Silva (2017), ao discutirem implicações da experiência do ensino superior sobre as ações, a agência e a reflexividade dos indivíduos, contribuem para compreender a universidade como espaço que pode ampliar repertórios e possibilidades de participação social. Para que esse potencial se realize, entretanto, é necessário que as instituições reconheçam a heterogeneidade das trajetórias estudantis e ofereçam condições de integração acadêmica.

A discussão também se articula à reflexão de Schwarcz e Starling (2015) sobre a distância historicamente observada no Brasil entre a formalização de direitos e sua efetivação social. Aplicada ao ensino superior, essa perspectiva evidencia que assegurar mecanismos de ingresso constitui avanço indispensável, mas insuficiente quando permanecem barreiras econômicas, educacionais e institucionais capazes de comprometer a conclusão do curso. Assim, a democratização deve ser avaliada não somente pelo número de vagas ou de ingressantes, mas também pela capacidade de garantir permanência com equidade.

Dessa forma, os resultados e o referencial conceitual convergem para uma compreensão multidimensional da democratização do ensino superior. O acesso representa a porta de entrada; a permanência, por sua vez, depende da articulação entre condições materiais, apoio pedagógico, integração institucional e reconhecimento das desigualdades de origem. Essa leitura desloca a responsabilidade exclusiva do estudante e evidencia o papel do Estado e das instituições de ensino na construção de políticas capazes de transformar o direito formal à educação superior em possibilidade concreta de formação e conclusão acadêmica.

Conclusão

A análise desenvolvida evidencia que a democratização do ensino superior brasileiro não pode ser avaliada exclusivamente pela ampliação das oportunidades de ingresso. Embora Fies, Prouni e Sisu tenham contribuído para diversificar as formas de acesso, os resultados discutidos mostram que a permanência e a conclusão da trajetória acadêmica continuam condicionadas por fatores econômicos, educacionais, culturais e institucionais. Nesse sentido, a efetivação do direito à educação superior pressupõe não apenas a entrada do estudante na instituição, mas também a existência de condições que favoreçam sua participação, continuidade e formação.

Os dados analisados, associados ao referencial teórico adotado, indicam que as desigualdades de origem podem repercutir ao longo da experiência universitária, especialmente quando o estudante precisa conciliar estudo e trabalho ou dispõe de menor acesso a recursos materiais, pedagógicos e culturais. Dessa forma, políticas de permanência estudantil, assistência financeira, apoio pedagógico e acolhimento institucional devem ser compreendidas como componentes complementares às políticas de acesso, contribuindo para reduzir barreiras que podem comprometer o percurso acadêmico.

Conclui-se, portanto, que o avanço da democratização do ensino superior requer políticas públicas e ações institucionais articuladas, capazes de considerar a heterogeneidade das trajetórias estudantis e de promover maior equidade ao longo do processo formativo. A ampliação do acesso representa uma etapa fundamental, mas sua efetividade depende da consolidação de condições concretas de permanência e conclusão, de modo que o ensino superior se constitua, de fato, como um direito social acessível a diferentes grupos da população.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fies - Fundo de Financiamento Estudantil.** Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/fies. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos (Prouni).** Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/prouni. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema de Seleção Unificada (Sisu).** Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/sisu. Acesso em: 14 abr. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GISI, Maria Lourdes. **A educação superior no Brasil e o caráter de exclusão de suas políticas.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 11-23, jan./abr. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD Contínua).** Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 ago. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas.** Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://riep.inep.gov.br/items/7092d89f-7084-4455-bf71-6191ee8e96bc. Acesso em: 24 ago. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2023: resumo técnico.** Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 24 ago. 2026.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Ana Carolina Alves da. **O ensino superior e suas implicações nas ações do indivíduo.** Ciências Sociais em Debate, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.

SILVA, Glauco Peres da. **O impacto do ensino superior na agência e na reflexividade do indivíduo.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 32, n. 94, e329408, 2017.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus pela força e pela oportunidade de concluir esta etapa fundamental de minha formação. À minha família, agradeço por constituir meu porto seguro e minha base em todos os momentos.

Registro um agradecimento especialmente ao meu avô Vitor, cujos ensinamentos e apoio constante foram fundamentais para meu desenvolvimento acadêmico. Sua motivação, presente desde a minha infância, contribuiu para o florescimento do meu interesse pelos estudos.

Por fim, dedico este trabalho à minha afilhada Naya e à minha sobrinha Luna, fontes de inspiração para minha escolha pela Pedagogia.